

Diagnóstico sobre a cultura nos municípios de Minas Gerais em 2014

André Mourthé de Oliveira¹
Cláudia Júlia Guimarães Horta²

Resumo

Este estudo analisa a cultura nos municípios de Minas Gerais no ano de 2014 e tem como objetivo produzir informações para subsidiar políticas públicas nos campos da cultura e desenvolvimento, que possam expressar o potencial de manifestação criativa, simbólica, comercial e associativa. Foram utilizados dados do suplemento de cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais para a construção de um sintético índice cultural de gestão local. Percebeu-se desigual distribuição dos equipamentos culturais e meios de comunicação analisados sob a perspectiva do panorama do setor cultural, da gestão das políticas e das instâncias de participação culturais entre os municípios mineiros.

Palavras chave: Índice cultural, Política cultural, Desenvolvimento cultural, Municípios de Minas Gerais

¹Professor de economia da Universidade Federal de Ouro Preto.

²Pesquisadora e docente da Fundação João Pinheiro.

Diagnóstico sobre a cultura nos municípios de Minas Gerais em 2014

Este estudo tem como proposta analisar a cultura nos municípios de Minas Gerais no ano de 2014. A relevância aqui é produzir informações que possam subsidiar políticas públicas nos campos da cultura e desenvolvimento. Desde 1999 que o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE) produz e atualiza um amplo conjunto de informações sobre os municípios. No presente estudo utilizaremos os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) para a construção de um sintético índice cultural de gestão local, relacionando-o aos equipamentos, atividades, gestão, instituições e participação cultural dos municípios de Minas Gerais em 2014, ano de um suplemento especial sobre cultura.

O estudo está organizado em cinco partes além dessa breve introdução. Na primeira apresentamos sucintamente a contextualização e relevância do tema discutido. Em seguida apresentamos o índice e o panorama do setor cultural. O item três aborda a gestão da política de cultura e a quatro as instâncias de participação na formulação de políticas e programas culturais nos municípios de Minas Gerais e, por fim, a conclusão.

1 Introdução

Por que cultura e políticas culturais? Para Furtado (1978) a ideia de civilização contempla três eixos, a saber, criatividade artística como reflexão privilegiada do homem sobre si mesmo, a relação do homem com a natureza e, por fim, a base social de reprodução da espécie. Para este autor desenvolvimento não se reveste apenas de elementos econômicos, mas trata-se, sobretudo de multiplicação de possibilidades humanas. Desenvolvimento que contemple novas dimensões, ambientalmente sustentável, inclusivo, que potencialize diversidade das manifestações culturais, em síntese, uma “política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” (FURTADO, 1978, p.32) das sociedades, da firme recusa da adoção de uma visão meramente instrumental da relação entre cultura e desenvolvimento, cuja tendência é reforçar e proteger os interesses dos agentes culturais já estabelecidos (os grandes conglomerados das indústrias culturais), em favor do acionamento das oportunidades que se abrem quanto à expansão do espaço de criação e de circulação de manifestações culturais, com evidentes ganhos econômicos mas, também, com ganhos propriamente culturais, com a produção e a circulação ampliadas de repertórios simbólicos capazes de oferecer alternativas às produções simbólicas dominantes, incluindo-se a diferentes modelos de desenvolvimento.

Nesse contexto podemos considerar que a existência de equipamentos culturais e meios de comunicação em uma cidade pode expressar o potencial da manifestação criativa, simbólica, comercial e associativa. Uma condição que não é necessária nem suficiente para a qualificação dos conteúdos culturais de um município, mas que se apresenta como um fator relevante, permitindo reconhecer o cenário no qual atuam os atores da gestão municipal. Desde 2004 que o Ministério da Cultura vem consolidando um sistema nacional de informações culturais. Neste ano o Ministério da Cultura (MinC) firmou com o IBGE um convênio na área da produção de informações sobre a cultura, e já apresentou uma série de resultados e produtos. Desde então ampliaram-se estudos e publicações, favorecendo os órgãos públicos e privados com informações para o planejamento e a tomada de decisão, e aos usuários e pesquisadores a possibilidade de aprofundar estudos setoriais e específicos.

As ações empreendidas pelo MinC e IBGE desvelaram as potencialidades das pesquisas sobre o campo da cultura e da produção de indicadores e índices de caráter mais geral. Assim, delinear-se outros desafios e entre eles o da construção de índices/indicadores culturais que possam

subsidiária elaboração e avaliação de políticas públicas, ou seja, necessitamos produzir ferramentas e/ou instrumentos que permitam avaliar políticas, projetos e ações na área da cultura (CALABRE, 2011). A construção de indicadores e índices deve estar alicerçada em questões que reflitam o que queremos medir e o porquê queremos medi-la.

No caso do presente estudo optamos pela construção de um índice que perceba a relevância da gestão local no tocante ao acesso dos equipamentos de cultura e meios de comunicação para as populações dos municípios de Minas Gerais. Um índice como este denota não apenas a possibilidade do acesso, mas também características locais como políticas, instituições e participação da população local para viabilizar tais acessos. A existência de equipamentos é relevante, inicialmente, para mapear níveis de exclusão cultural. Cabe ressaltar que a questão das desigualdades regionais, sociais e econômicas afeta a cultura de maneira semelhante ao conjunto das políticas públicas, e que o princípio norteador da administração pública é a de atender a todos e de maneira não discricionária.

Devemos, entretanto, ressaltar algumas limitações da construção desse índice. O primeiro é que se trata de um índice de carácter tipicamente setorial, vinculado à oferta e não demanda cultural. Ademais não se considera aqui se a população efetivamente usufrui desses equipamentos e a relação entre eles e a população, pois não consideramos as práticas e consumo de cultura por parte dessa população. Entretanto cabe destacar que a inclusão das variáveis “existência de políticas”, instituições e participação da população nas políticas de acesso à cultura, existentes na pesquisa Munic do IBGE, parcialmente cobrem algumas lacunas das limitações aqui expostas. A seguir apresentaremos o diagnóstico cultural aqui proposto.

2Panorama do Setor Cultural nos Municípios Mineiros

2.1 Equipamentos culturais e meios de comunicação

Como breve introdução e sem pretensão de abordar os conceitos e a complexa relação entre cultura e desenvolvimento, consideramos que a cultura favorece, ou pode favorecer, o desenvolvimento, principalmente quando são reconhecidos o contexto e as particularidades locais. Nestas, a promoção da diversidade cultural, a participação social, o capital humano e social, o respeito aos direitos das minorias e grupos marginalizados, o meio ambiente, o patrimônio cultural, as tradições e demais expressões culturais, além da consideração da cultura também enquanto setor de atividade gerador de emprego e renda, são elementos necessários a um desenvolvimento pautado pela inclusão e sustentabilidade (REIS, 2007).

Um ponto de partida importante na análise dos equipamentos culturais e meios de comunicação municipais a considerar é que os mesmos podem expressar um “potencial da manifestação criativa, simbólica, comercial e associativa”. Sem entrar na análise de qualificação do conteúdo desses equipamentos, considera-se que a existência dos mesmos é um fator relevante quando se aborda a política e gestão cultural, bem como o desenvolvimento (IBGE, 2016).

A análise da tabela 1 permite um acompanhamento dos equipamentos culturais e meios de comunicação nos municípios mineiros no período de 2001 a 2014. Chama atenção a incidência de bibliotecas públicas, que desde o levantamento realizado em 2001 é o equipamento cultural mais presente nos municípios³, com crescente representação desde então. Em 2014, 98,4% dos municípios tinham bibliotecas públicas. Na sequência, têm-se a presença de estádio e ginásios (94,7% em 2014), com percentuais também significativos e elevados desde o ano de 2001. No caso

³com exceção do ano de 2006.

dos clubes e associações recreativas 60,4% dos municípios declararam sua existência. Na outra ponta e com muito reduzida presença nos municípios temos as galerias de arte, ponto de memória, concha acústica, TV comunitária e circo fixo.

Tabela 1 – Percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação e variação percentual, Minas Gerais –2001 a 2014

Especificação	Percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação (%)						Variação 2014/2006 (%)
	2001	2005	2006 ⁽¹⁾	2009	2012	2014	
Biblioteca pública	79,7	85,9	89,7	98,7	97,9	98,4	9,7
Estádio ou ginásio	76,4	78,9	86,4	93,1	93,6	94,7	9,7
TV aberta	-	-	98,8	-	-	93,6	-5,3
Lan house	-	-	-	-	79,5	82,8	-
Provedor de Internet	22,9	40,2	42,0	55,3	54,0	67,4	60,4
Rádio comunitária	-	-	49,4	55,9	58,7	64,1	29,8
Clube ou Associação recreativa	64,5	-	65,6	59,0	61,9	60,4	-8,0
Videolocadora	64,6	71,4	75,5	67,1	57,8	49,6	-34,3
Estação de rádio FM	51,3	55,9	42,5	40,7	40,6	47,2	11,2
Espaço para Circo	-	-	-	-	-	43,0	-
Jornal impresso local	-	-	38,8	-	-	40,0	2,9
Loja de discos, cds, fitas e dvds	45,1	48,7	51,8	45,1	39,0	35,5	-31,4
Centro cultural	-	-	19,6	26,5	33,5	35,3	80,0
Unidade de ensino superior	13,0	37,6	42,4	38,7	32,6	29,7	-30,0
Banca de Jornal	-	-	-	-	-	25,8	-
Arquivo público ou centro de documentação	-	-	-	-	20,2	25,8	-
Museu	14,0	17,9	18,4	22,2	22,6	24,5	33,0
Centro de Artesanato	-	-	-	-	-	23,7	-
Teatro ou sala de espetáculos	17,7	18,2	19,2	21,2	22,5	22,7	18,2
Livraria	30,1	18,2	20,5	20,5	16,1	17,6	-14,4
Estação de rádio AM	16,1	16,4	17,5	17,9	17,6	17,2	-1,5
Ponto de Leitura	-	-	-	-	-	11,1	-
Revista impressa local	-	-	5,8	-	-	10,4	81,4
Cinema	7,3	9,1	8,6	8,6	9,3	10,2	19,0
Geradora de TV	8,8	9,4	8,0	11,5	10,1	9,5	19,0
Shopping center	5,7	5,9	5,0	5,4	5,0	5,4	6,9
Galeria de Arte	-	-	-	-	-	4,5	-
Ponto de Memória	-	-	-	-	-	4,1	-
Concha Acústica	-	-	-	-	-	3,3	-
TV comunitária	-	-	2,0	-	-	2,5	23,4
Circo Fixo	-	-	-	-	-	0,6	-

Fonte: elaboração dos autores a partir de dados do IBGE.

Os resultados apontam que a captura do sinal de televisão aberta é o meio de comunicação mais utilizado para acesso aos conteúdos culturais (93,6% em 2014), entretanto, com queda entre 2006 e 2014. Em contrapartida, apenas 9,5% dos municípios mineiros, nesse mesmo ano, produziram conteúdos por meio de emissoras geradoras de TV. Os dados apontam ainda elevado e crescente acesso à internet por meio dos provedores de internet e *lanhouses* (67,4% e 82,8% dos municípios mineiros, respectivamente em 2014), tendo o primeiro crescimento significativo de 60,4% entre 2006 e 2014. Por outro lado, as videolocadoras passaram de um máximo de 75,5% de presença nos municípios em 2006, para 49,6% em 2014, ou seja, uma queda de 34,3%. Mais ainda, as lojas de discos, CDs, fitas e DVDs sofreram um decréscimo na cobertura municipal, passando de 51,8% em 2006 para 35,5% em 2014, com queda de 31,4%.

A produção e transmissão de som pelo rádio persistem como importante meio de comunicação nos municípios mineiros. Em 2014, 64,1% tinham rádio comunitária e apenas 2,5% televisão comunitária, ou seja, a produção e transmissão de som por meio de uma rádio comunitária é 25,6 vezes maior do que a produção e a transmissão de imagem por uma televisão comunitária nesses municípios. Destaca-se que entre 2006 e 2014 o percentual de municípios com rádio comunitária

aumentou 29,8%. As estações de rádio FM encontravam-se em 47,2% dos municípios, enquanto que as estações de rádio AM em apenas 17,2% deles.

Os equipamentos culturais tradicionais (museus, teatros, livrarias e centros culturais) são menos frequentes quando comparados aos principais meios de comunicação audiovisual e à biblioteca. O destaque positivo neste quesito vai para os centros culturais com existência em 35,5% dos municípios mineiros, e crescimento expressivo de 80,0% entre 2006 e 2014. O menor percentual foi observado para livrarias (17,6%) e percebe-se ainda uma redução de 14,4% delas entre os anos de 2006 e 2014.

As bancas de jornal encontravam-se em 25,8% dos municípios em 2014, enquanto que as galerias de arte estavam presentes em apenas 4,5% dos municípios. Em relação ao mercado editorial, a proporção de municípios que têm uma edição própria de jornal impresso local se manteve estável entre 2006 e 2014, registrando 40,0% neste último ano. A proporção de municípios com revistas impressas locais aumentou de 5,8% para 10,4%, também para o período 2006 a 2014 (percentual reduzido, entretanto com elevação considerável). Pontos de leitura, investigados apenas no levantamento de 2014, encontravam-se presentes em 11,1% dos municípios mineiros.

Cinema e *shopping center* tiveram, respectivamente, cobertura em 10,2% e 5,4% dos municípios, sendo que para o primeiro houve um aumento de 19,0% entre 2006 e 2014. Os arquivos públicos ou centros de documentação abrangiam 25,8% dos municípios mineiros em 2014, enquanto que os pontos de memória estavam presentes em apenas 4,1% deles. Os centros de artesanatos e conchas acústicas representam, respectivamente, 23,7% e 3,3%. No que se refere a espaços destinados para a realização de espetáculos circenses, tradicional forma de expressão artística, 43,0% dos municípios mineiros declararam sua existência. Entretanto, apenas 0,6% dos municípios destinam um espaço exclusivo e fixo para sua realização em Minas Gerais. Por fim, no tocante às unidades de ensino superior, percebemos que elas estavam presentes, em 2014, em 29,7% dos municípios mineiros, apresentando queda de 30,0% entre 2006 e esse último ano.

A presença ou não dos equipamentos e meios de comunicação analisados não devem ser atribuídos exclusivamente à competência dos municípios, ficando a iniciativa privada a frente de alguns deles. Com o propósito de sintetizar o conjunto das informações sobre os equipamentos culturais e os meios de comunicação existentes nos municípios mineiros que poderiam ser de “maior responsabilidade” das gestões municipais -um “índice cultural de gestão local”-, calculou-se um indicador a partir da seleção de alguns dos itens anteriormente analisados.

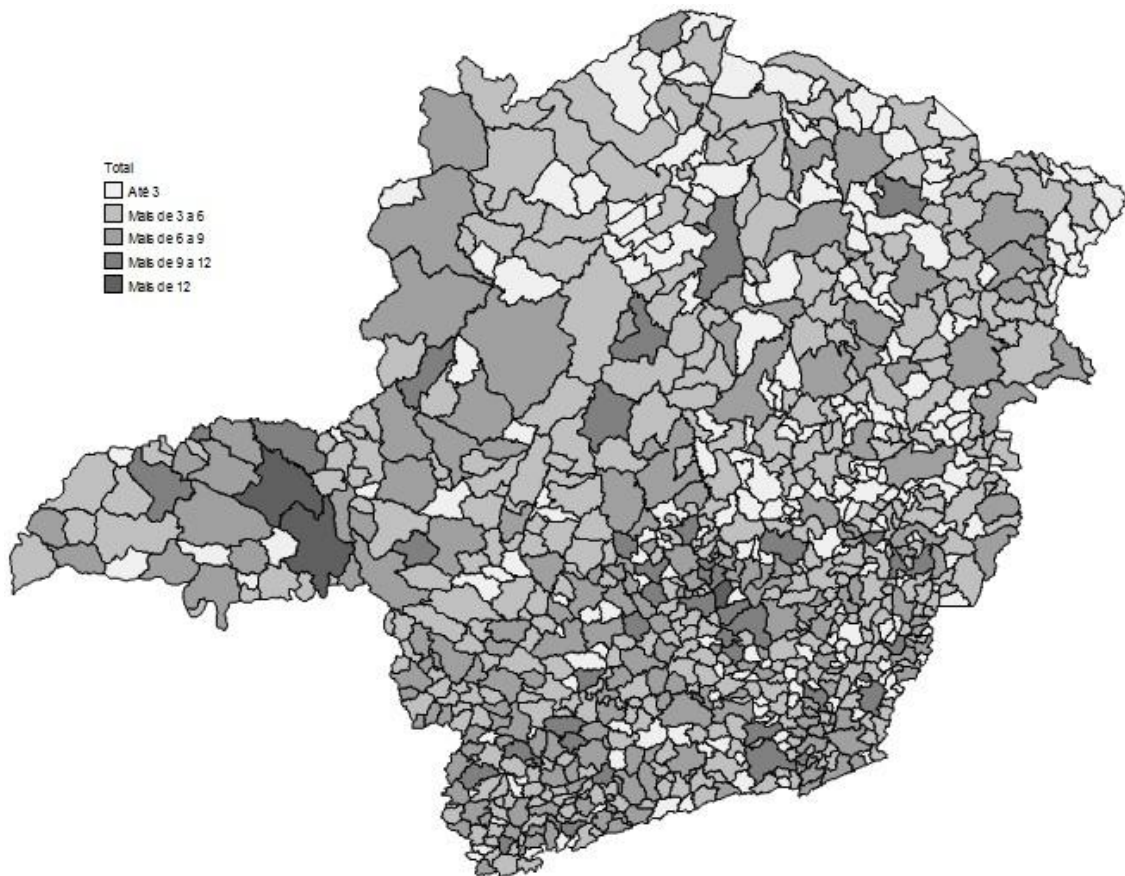
A opção aqui é delimitar a relevância da gestão local pública no estabelecimento desses equipamentos, mesmo que parcela dos recursos necessários para tais não sejam oriundos deles próprios. Além disso, esse indicador reflete a disponibilidade e não necessariamente o acesso aos mesmos. No que se refere aos equipamentos de maior responsabilidade de gestão municipal consideramos, a saber: biblioteca pública, estádio ou ginásio, clube ou associação recreativa, espaço para circo, centro cultural, arquivo público, museu, centro de artesanato, teatro ou sala de espetáculo, ponto de leitura, ponto de memória, concha acústica e circo fixo. No tocante aos meios de comunicação consideramos a rádio comunitária e a TV comunitária. Desta forma, somamos os equipamentos de cultura com os de meios de comunicação e o índice assumirá valor entre 0 e 15 para cada município.

A figura 1 e a tabela 2, a seguir, apresentam o índice construído para os municípios de Minas Gerais no ano de 2014. Como o objetivo aqui é facilitar a análise a partir da agregação de municípios segundo faixas de intensidade de equipamentos e meios de comunicação, optamos por construir

uma simples tipologia de intensidade dos mesmos utilizando categorias de tamanhos iguais, assim denominadas: até 3 - *muito baixa*; mais de 3 a 6 - *baixa*; mais de 6 a 9 - *média*; mais de 9 a 12 - *alta*; e, mais de 12 - *muito alta*.

À primeira vista é possível observar certo padrão na distribuição do índice cultural de gestão local dos municípios mineiros. Entretanto, cabe destacar que não há uma clara característica predominante ou marcante dessa distribuição, uma vez que nas diferentes regiões do estado observamos uma grande variabilidade de valores. Apesar do tamanho dos municípios em termos de área geográfica, as regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri concentram um número maior de municípios com índices de *muita baixa* e *baixa* intensidade, enquanto que na porção central, sul, sudeste e parte do oeste predominam valores de *média* e *alta* intensidade. Poucos são os municípios com índice de *muito alta* intensidade, localizados, em sua maioria, na região central do estado e no triângulo mineiro.

Figura 1: Índice cultural de gestão local nos municípios, Minas Gerais–2014



Fonte: elaboração dos autores

Tabela 2 – Distribuição absoluta e relativa dos municípios e população segundo tipologia do índice cultural de gestão local nos municípios, Minas Gerais –2014

Índice	Número		Porcentagem	
	Município	População	Município	População
Até 3	232	1.469.999	27,2	7,1
Mais de 3 até 6	393	4.684.348	46,1	22,6
Mais de 6 até 9	186	6.916.606	21,8	33,4
Mais de 9 até 12	39	6.600.978	4,6	31,8
Mais de 12	3	1.062.166	0,4	5,1
Total	853	20.734.097	100,0	100,0

Fonte: elaboração dos autores

Em Minas Gerais 27,2% dos municípios foram classificados na categoria *muito baixa* do índice cultural de gestão local, ou seja, baixa intensidade de disponibilidade de equipamentos e meios de comunicação. Cabe ressaltar, entretanto, que reside nesses municípios apenas 7,1% da população do Estado. Trata-se, portanto, de municípios de pequeno porte populacional. Na sequência aqueles classificados como de *baixa* intensidade, onde percentual importante dos municípios mineiros encontra-se classificado - 46,1% deles, concentrando 22,6% da população. No outro extremo, poucos são os municípios rotulados como *alta* e *muito alta* intensidade, principalmente esse último. Apenas 39 municípios (4,6%) classificam-se como *alta* disponibilidade de equipamentos e meios de comunicação, perfazendo, entretanto, um contingente significativo de população, 31,8%, ou seja, municípios de maior porte populacional. Apenas Uberlândia, Uberaba e Nova Lima encontram-se na categoria *muito alta*, concentrando 5,1% da população do estado. A análise do índice evidencia que, além das disparidades municipais, praticamente 1/3 da população de Minas Gerais reside em municípios *com muito baixa* e *baixa* intensidade no índice cultural de gestão local e que menores ou maiores níveis de disponibilidade de equipamentos e meios de comunicação estão associados ao tamanho da população dos municípios mineiros.

A tabela 3 a seguir corrobora com a pressuposição de relação entre o índice e população. Para diferentes categorias populacionais estabelecidas a partir do total da população do município, foi considerado o conjunto de valores do índice cultural de gestão local e calculadas as respectivas média, desvio padrão e coeficiente de variação do indicador calculado segundo os grupos populacionais. Os resultados mostram que os municípios com população de até 5 mil habitantes (pequenos) representam mais de ¼ dos municípios e 3,9% da população do estado, e apresentam um índice médio de 3,9, classificando-os na categoria de *baixa* intensidade de equipamentos e meios de comunicação. À medida que aumenta o número de habitantes aumenta também o índice médio, chegando a 12,3 para aqueles municípios com mais de 500 mil habitantes, ou seja, *muito alta* disponibilidade. Ou seja, pode-se constatar relação positiva entre o índice cultural de gestão local e o tamanho populacional dos municípios, sintetizada por um coeficiente de correlação linear de 0,331. Mais ainda, observa-se maior homogeneidade no índice entre os municípios com maior tamanho populacional (menor coeficiente de variação), ou seja, além de destacarem-se dos demais com maior intensidade de equipamentos e meios de comunicação, esses assumem índices semelhantes. À medida que diminui o tamanho da população os municípios passam a ter índices menores, entretanto mais heterogênicos comparativamente ao total de municípios do estado.

Tabela 3 – Distribuição dos municípios, população e índice cultural de gestão local segundo grupos populacionais, Minas Gerais –2014

Grupo populacional	Número		Porcentagem		Índice de cultura		
	Município	População	Município	População	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação
Até 5000	224	802.656	26,3	3,9	3,9	1,62	0,419
5001 até 10000	254	1.766.333	29,8	8,5	4,3	1,77	0,412
10001 até 20000	190	2.652.822	22,3	12,8	5,4	1,91	0,355
20001 até 50000	117	3.530.556	13,7	17,0	6,8	1,91	0,280
50001 até 100000	37	2.717.782	4,3	13,1	8,4	1,86	0,222
100001 até 500000	27	4.923.972	3,2	23,7	9,3	2,05	0,221
Maior que 500000	4	4.339.976	0,5	20,9	12,3	2,06	0,168
Total	853	20.734.097	100,0	100,0			

Fonte: elaboração dos autores

Além da relação entre o índice cultural de gestão local e o tamanho populacional dos municípios, a análise da distribuição georeferenciada do índice segundo os municípios mineiros, realizada anteriormente, parece sugerir certo padrão na sua distribuição. Mesmo que de maneira não tão evidente, os menores índices estariam concentrados nas regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri enquanto que maiores índices estariam localizados com maior intensidade na região central e triângulo mineiro. Dados os diferenciais e disparidades regionais existentes no estado no que diz respeito às condições sociais e econômicas (configuradas na sua divisão regional) estaria o índice cultural de gestão local também relacionado a piores e menores condições de desenvolvimento humano? Desta forma, para efeito de análise consideramos como *proxy* de desenvolvimento o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁴ calculado para os municípios de Minas Gerais. Desde as duas últimas décadas do século XX tem acontecido uma mudança significativa na valorização do papel da cultura no desenvolvimento, notadamente por parte dos países menos desenvolvidos que começam a valorizar as suas culturas enquanto um ativo relevante para a superação da pobreza, explicitando novas relações entre desenvolvimento humano e acesso a cultura. Assim, o objetivo da tabela 4 é correlacionar a distribuição dos municípios segundo faixas de IDH-M e o indicador cultural de gestão local.

O perfil do indicador de cultura segundo o IDH-M aponta evidente relação positiva (correlação de Pearson de 0,563), onde municípios com menor nível de desenvolvimento humano (0,50 a 0,60) apresentam também *baixa* disponibilidade de equipamentos e meios de comunicação (média de 3,5). Esses representam 9,0% dos municípios e 3,3% da população do estado. À medida que aumenta o nível de desenvolvimento aumenta também a disponibilidade desses itens, chegando a uma média de 7,0 e 12,5 (que estariam classificados com de *média* e *muita alta* disponibilidade no índice) para aqueles de maior desenvolvimento, respectivamente, IDH-M de 0,70 a 0,80 e mais de 0,80. Novamente observa-se que os municípios com maior intensidade de equipamentos são mais homogêneos entre eles comparativamente aos demais (menor coeficiente de variação), entretanto os municípios de muita baixa a alta disponibilidade de cultura não são parecidos entre si, comparativamente a análise realizada segundo grupos populacionais, uma vez que os coeficientes de variação dos mesmos são mais elevados e não variam muito - respectivamente de 0,42 (*muito baixa*) a 0,34 (*alta*).

⁴ O IDH-M tem como objetivo sintetizar uma medida de progresso numa perspectiva de longo prazo a partir de três dimensões básicas do desenvolvimento humano, a saber, renda, educação e saúde. A construção desse índice teve como principal objetivo oferecer um alternativo ao indicador Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que contempla somente a dimensão econômica do desenvolvimento (<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>).

Tabela 4 – Distribuição dos municípios, população e índice cultural de gestão local segundo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Minas Gerais –2014

Índice de Desenvolvimento Humano	Número		Porcentagem		Índice de cultura		
	Município	População	Município	População	Média	Desvio padrão	Coefficiente de variação
0,50 a 0,60	77	678.900	9,0	3,3	3,5	1,49	0,42
0,60 a 0,65	232	2.106.270	27,2	10,2	3,9	1,71	0,43
0,65 a 0,70	321	3.950.778	37,6	19,1	5,1	1,93	0,38
0,70 a 0,80	221	11.418.368	25,9	55,1	7,0	2,37	0,34
Mais que 0,80	2	2.579.781	0,2	12,4	12,5	0,71	0,06
Total	853	20.734.097	100,0	100,0			

Fonte: elaboração dos autores

2.2 Atividades artísticas

A existência de grupos artísticos denota as potencialidades de fluxos culturais prevalentes nos municípios, “permitindo detalhar padrões e, ao mesmo tempo, confrontá-los com as demais atividades identificadas pela pesquisa e com indicadores sobre equipamentos e infraestrutura culturais instalados” (IBGE, 2007, p. 87). Segundo a tabela 5 a seguir, em 2014 praticamente todos os municípios de Minas Gerais possuíam algum grupo artístico. Dos 853 municípios, apenas 25 declararam não existir nenhum grupo artístico (2,9%), ressaltando que classificam-se nas duas categorias com menores disponibilidades de equipamentos de cultura e meios de comunicação.

Tabela 5 – Existência de grupo artístico por categoria do índice cultural de gestão local segundo municípios, Minas Gerais - 2014

Índice	Grupo artístico	
	Nenhum grupo	Sim
Até 3	7,8	92,2
Mais de 3 até 6	1,8	98,2
Mais de 6 até 9	0,0	100,0
Mais de 9 até 12	0,0	100,0
Mais de 12	0,0	100,0
Total	2,9	97,1

Fonte: elaboração dos autores

Listando os 19 tipos de grupos artísticos elencados na pesquisa do IBGE, pode-se observar que o artesanato estava presente em 84,7% dos seus municípios – principal atividade artística -, seguido pelas manifestações tradicionais populares (80,7%), banda (70,0%), dança (58,0%), blocos carnavalescos (53,4%) e grupos musicais (50,8%) – todos esses presentes em mais da metade dos municípios mineiros. Chama novamente atenção o fato de que também nos municípios com os piores índices culturais observa-se menor presença dos grupos artísticos. À medida que os municípios agregam mais equipamentos e meios de comunicação a presença de grupos artísticos é mais intensa. Cabe aqui destacar que os quatro principais grupos artísticos tem presença importante até mesmo nos municípios classificados como de *muito baixa* e *baixa* disponibilidade.

Tabela 6 – Grupos artísticos existentes para os municípios segundo categorias do índice cultural de gestão local, Minas Gerais - 2014

Grupo artístico	Até 3	Mais de 3 até 6	Mais de 6 até 9	Mais de 9 até 12	Mais de 12	Total
Artesanato	72,4	84,2	96,8	97,4	100,0	84,7
Manifestação tradicional popular	64,7	82,4	93,5	94,9	100,0	80,7
Banda	50,5	67,6	90,9	100,0	100,0	70,0
Capoeira	50,5	64,5	84,4	97,4	100,0	67,0
Dança	42,1	52,1	80,6	92,3	100,0	58,0
Bloco carnavalesco	33,6	51,0	75,3	76,9	100,0	53,4
Musical	29,9	43,3	81,2	92,3	100,0	50,8
Coral	22,4	43,0	77,4	92,3	100,0	47,4
Teatro	15,4	30,8	65,1	87,2	100,0	37,4
Escola de samba	2,8	18,1	41,9	59,0	100,0	21,7
Artes visuais	3,3	13,2	21,5	53,8	66,7	14,6
Orquestra	3,7	9,6	25,3	61,5	100,0	14,4
Gastronomia	7,5	10,4	20,4	46,2	100,0	13,9
Associação literária	0,5	5,4	31,7	66,7	100,0	13,3
Cineclube	1,4	7,0	15,6	48,7	100,0	9,8
Outros	6,5	8,8	8,6	17,9	66,7	8,8
Arte digital	1,4	2,8	8,1	35,9	100,0	5,6
Circo	0,9	3,6	8,6	20,5	100,0	5,2
Moda	0,5	3,9	4,3	25,6	66,7	4,3
Design	0,5	2,1	7,0	25,6	100,0	4,2

Fonte: elaboração dos autores

2.3 Atividades artesanais

As atividades artesanais são mais comumente definidas enquanto técnica de trabalho manual não industrializado, realizada por artesão e que, via de regra, não são consideradas como produção em série, em grande escala, e se caracterizam por ser ao mesmo tempo um valor de uso e artística. Elas complementam a perspectiva originária da produção cultural brasileira. O estilo do artesão empresta originalidade a seus objetos, e nesse sentido se diferencia do padrão que é a característica do grupo. O artesão escolhe um estilo, é influenciado pelo ambiente em que vive e pelos modos de vida cultural a que pertence. Assim, ele aproxima a arte da atividade de trabalho, popular na maioria das vezes, e fugindo aos cânones da indústria cultural. Destaca-se, inclusive que “os processos criativos contemporâneos foram capazes de redefinir os contornos do conhecimento tradicional estabelecido, democratizando o acesso à tecnologia, e estabelecendo novos procedimentos produtivos” (IBGE, 2015, pag. 23).

As atividades artesanais estão menos presentes no estado de Minas Gerais comparativamente às atividades artísticas. Em 2014, a principal atividade artesanal no estado foi o bordado, estando presente em 83,7% dos municípios. Na sequência daquelas mais presentes, entretanto com patamares bem menores ao bordado, tem-se a culinária típica (40,3%), madeira (34,8%) e materiais recicláveis (22,7%). Diferentemente das análises anteriormente apresentadas, no caso do artesanato não existe uma relação direta com o índice cultural de gestão local, pois observamos, pela tabela 7 a seguir, que a distribuição das principais atividades artesanais e os indicadores de intensidade cultural não segue um padrão claro, bem delineado. Para as atividades artesanais menos presentes no estado, entretanto, percebe-se que elas se encontram mais intensamente nos municípios classificados como de *muito baixa a média* disponibilidade no índice cultural.

Tabela 7 – Atividades artesanais para os municípios segundo categorias do índice cultural de gestão local, Minas Gerais - 2014

Atividade artesanal	Índice					Total
	Até 3	Mais de 3 até 6	Mais de 6 até 9	Mais de 9 até 12	Mais de 12	
Bordado	75,9	87,8	86,0	79,5	66,7	83,7
Culinária típica	41,8	39,4	38,7	48,7	33,3	40,3
Madeira	28,4	35,4	43,0	28,2	33,3	34,8
Material reciclável	15,5	23,7	26,9	35,9	33,3	22,7
Fibras vegetais	13,4	16,3	16,1	7,7	0,0	15,0
Barro	13,8	14,2	11,8	28,2	33,3	14,3
Tecelagem	13,4	12,0	17,2	12,8	0,0	13,5
Tapeçaria	4,3	13,5	15,6	17,9	66,7	11,8
Fios e fibras	7,3	10,4	7,5	5,1	0,0	8,7
Frutas e sementes	8,6	3,3	7,5	0,0	0,0	5,5
Couro	4,3	6,4	4,8	5,1	0,0	5,4
Renda	6,5	5,1	4,3	2,6	0,0	5,2
Pedras	2,2	3,8	6,5	2,6	0,0	3,9
Metal	1,7	1,3	3,8	5,1	33,3	2,2
Pedras preciosas	1,7	0,5	2,7	2,6	0,0	1,4
Vidro	1,3	0,8	1,6	0,0	0,0	1,1
Conchas	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2
Outros	9,5	5,1	3,8	7,7	0,0	6,1
Nenhum dos relacionados	7,8	2,3	0,0	2,6	0,0	3,3

Fonte: elaboração dos autores.

2.4 Pontos de cultura

Pontos de cultura é uma política implementada pelo Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil, sendo grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades e em redes e certificados por este Ministério. Tem como objetivos a promoção de uma agenda de diálogos e de participação em comunidades e territórios, com ênfase nos segmentos sociais mais vulneráveis, a partir do princípio da diversidade, estabelecendo uma convivência com a sociedade civil organizada. Cabe destacar que não apenas nos segmentos vulneráveis, mas também

“os setores médios, em especial a juventude urbana, periférica, universitária, jovens artistas, novos arranjos econômicos e produtivos, toda uma nova economia que vem sendo inventada e experimentada daqueles que encontram no fazer cultural uma alternativa de trabalho, vida e inserção social” (Minc, 2016)

Sinteticamente, Pontos de Culturabuscam

“(…) fortalecer a produção cultural tradicional, da periferia, do interior, da população indígena, mas também ser um instrumento de mobilização da juventude, incorporando a cultura digital e os novos sentidos de criação existentes no País. Pretende, também, articular os conteúdos comunitários, promover a inclusão social, fortalecer a cidadania, a geração de emprego e renda e firmar identidades culturais” (IBGE, 2015, pag. 23).

A presença dos pontos de cultura nos municípios de Minas Gerais, em 2014, era de apenas 17,6%, sendo que esses se localizavam, com mais intensidade, naqueles municípios com mais estrutura de equipamentos e meios de comunicação, ou de mais elevado índice. Nos municípios com índice de cultura classificado como de *muito alta* disponibilidade, todos eles declararam sua existência. Aqueles imediatamente inferiores, ou seja, classificados como de *alta* disponibilidade, esse percentual cai para 59,0%. Tal relação persiste nas demais categorias, ou seja, à medida que transitamos para os municípios de menor indicador, menor é a presença de pontos de cultura, conforme a tabela 8 a seguir.

Tabela 8 – Existência de ponto de cultura por categorias do índice cultural de gestão local segundo municípios, Minas Gerais –2014

Índice	Ponto de cultura	
	Não	Sim
Até 3	90,5	9,5
Mais de 3 até 6	86,5	13,5
Mais de 6 até 9	73,7	26,3
Mais de 9 até 12	41,0	59,0
Mais de 12	0,0	100,0
Total	82,4	17,6

Fonte: elaboração dos autores

3Gestão da política de cultura

Uma das variáveis importantes para o fortalecimento da cultura nos municípios é a existência de órgãos responsáveis por essa área, pois são esses os formuladores das ações de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria, de gestão integral, em síntese, e são competências exclusivas do poder público. Deter uma secretaria ou órgão da administração indireta vinculados à área cultural é de fundamental relevância ao sucesso da mesma.

“Gestão é uma competência exclusiva do poder público que implica no exercício de funções de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria. Executar a política de cultura é a principal competência do gestor estadual e municipal da área” (IBGE, 2015, pag. 26).

Na gestão pública, especialmente no nível local, a existência de um órgão oficial de cultura pode ser considerada um diferencial para potencializar suas funções da gestão burocrática e administrativa. Sua institucionalização pode se estabelecer a partir de um formato de secretaria de cultura ou como em outro modelo similar, especialmente o de fundação, na administração indireta. Desta forma,

“o órgão gestor da cultura representa um dos principais agentes condutores e executores da política, dos programas e projetos culturais no âmbito dos estados e dos municípios. A institucionalização da área cultural, credencia-a para uma atuação permanente e estruturante, oportunizando o acesso aos recursos disponíveis de ordem tecnológica, financeira, estratégica e humana, objetivando a fruição dos bens, produtos e serviços culturais” (IBGE, 2015, pag. 26).

Ou ainda, a institucionalização de

“(…) um órgão oficial de cultura é de relevante importância para a formulação, construção e gestão da política cultural. A existência de instrumentos de gestão, instâncias de participação e de mecanismos de financiamento é fundamental para

dinamizar a política e a economia da cultura, bem como potencializar e alavancar o desenvolvimento das atividades artístico-culturais” (IBGE, 2015, pag. 28).

Segundo a tabela 9, os dados mostram que nem todos os municípios de Minas Gerais já possuíam, em 2014, estrutura específica para a gestão da cultura. Em 96,6% dos municípios mineiros havia alguma estrutura organizacional para tratar da cultura, sendo que apenas 19,8% estavam estruturadas enquanto secretaria exclusiva ou órgão da administração indireta. Apenas 3,4% dos municípios não tinham nenhuma estrutura institucional dedicada à política cultural. A relação entre a existência de secretaria exclusiva ou órgão da administração indireta e o indicador de cultura é bastante clara, pois os municípios com maior disponibilidade de equipamentos e meios de comunicação são aqueles onde se constatam o maior percentual de gestão do órgão de cultura em secretaria exclusiva ou órgão da administração indireta. À medida que diminui o índice, diminui também o percentual de órgão gestor próprio.

Tabela 9 – Caracterização do órgão de cultura segundo categorias do índice cultural de gestão local segundo municípios, Minas Gerais – 2014

Índice	Caracterização do órgão			Total
	Não possui estrutura	Secretaria exclusiva ou órgão da administração indireta	Outro	
Até 3	5,6	15,1	79,3	100,0
Mais de 3 até 6	3,3	18,3	78,4	100,0
Mais de 6 até 9	1,6	24,2	74,2	100,0
Mais de 9 até 12	0,0	35,9	64,1	100,0
Mais de 12	0,0	100,0	0,0	100,0
Total	3,4	19,8	76,8	100,0

Fonte: elaboração dos autores.

Mais ainda, é evidente a relação entre a caracterização dos órgãos gestores de cultura e a existência dos instrumentos de gestão nessa área (política, plano, conselho, conferência e fundo de cultura). Os municípios com secretaria exclusiva ou órgão da administração indireta para gerir a cultura eram também os que apresentavam maiores percentuais de municípios com instrumentos de gestão, participação e mecanismos de financiamento. No outro extremo, estavam os municípios que não possuíam órgãos e instrumentos de gestão cultural, apresentando baixíssimos percentuais no quesito instrumentos de gestão, conforme mostrado pela tabela 10.

Tabela 10 – Proporção de municípios com política, plano, conselho, conferência e fundo de cultura, segundo a caracterização do órgão gestor, Minas Gerais - 2014

Característica do órgão gestor	Política de cultura	Plano de cultura	Conselho de cultura	Conferência de cultura	Fundo de cultura
Não possui estrutura	37,9	0,0	34,5	10,3	13,8
Órgão da administração indireta	85,7	21,4	64,3	78,6	64,3
Secretaria em conjunto com outras políticas	66,8	7,3	55,2	38,5	42,1
Secretaria exclusiva	72,3	11,0	69,7	46,5	52,3
Setor subordinado à chefia do Executivo	68,8	4,2	45,8	35,4	29,2
Setor subordinado à outra secretaria	65,2	6,2	56,2	32,4	42,4

Fonte: elaboração dos autores

Uma das características para o sucesso das políticas públicas, não apenas culturais, obviamente, se referem ao perfil dos recursos humanos e capacitação dos servidores. Utilizando a escolaridade do pessoal ocupado na área de cultura como *proxy* de capacitação, percebemos que no total dos municípios de Minas Gerais, 38,0% desse pessoal possuía ensino superior completo ou pós-graduação. A escolaridade pode ser considerada uma das dimensões que qualifica e diferencia a capacidade de gestão cultural, na medida em que produz impactos positivos no planejamento e nos resultados das ações de governo. No tocante aos municípios mineiros, pequenos são os diferenciais entre o nível de escolarização dos gestores municipais e o índice cultural de gestão local. Apenas a categoria *demuita baixa* disponibilidade de equipamentos destaca-se com o menor percentual, ou seja, nesses municípios, do pessoal ocupado na área de cultura apenas 29,5% deles tinha curso superior completo ou pós-graduação. Nas demais categorias os percentuais são similares, variando entre 37,5% a 42,9% conforme podemos ver na tabela 11 a seguir.

Tabela 11 – Total do pessoal ocupado, pessoal ocupado com nível superior ou pós-graduação e porcentagem segundo categorias do indicador cultural de gestão local segundo municípios, Minas Gerais - 2014

Índice	Total do pessoal ocupado	Pessoal ocupado com nível superior ou pós-graduação	Porcentagem do pessoal ocupado com nível superior ou pós-graduação
Até 3	1.459	431	29,5
Mais de 3 até 6	1.546	635	41,1
Mais de 6 até 9	1.943	728	37,5
Mais de 9 até 12	1.672	717	42,9
Mais de 12	407	157	38,6
Total	7.027	2.668	38,0

Fonte: elaboração dos autores

Além da escolaridade dos gestores, a capacitação em gestão cultural mostra-se bastante relevante para a viabilização e melhoria de políticas na área. Do total de municípios mineiros percebemos que em pouco menos da metade deles (46,8%) foram realizados cursos de capacitação na área cultural, sendo que desses 68,4% o fez nos 12 meses anteriores ao levantamento da pesquisa. Os municípios classificados como de *muita baixa* disponibilidade de equipamentos de cultura e meios de comunicação foram aqueles onde um percentual ainda menor de municípios investiu na capacitação na área de cultura (35,2%). Nesses municípios pouco mais da metade deles o fez nos últimos 12 meses. À medida que aumenta a disponibilidade de equipamentos e meios de comunicação (maior índice) aumenta o percentual de municípios que declaram empreender na função de treinamento/capacitação. Cabe destacar que nestes municípios de maior índice um elevado percentual declarou tê-lo realizado nos últimos 12 meses. Para aqueles classificados como de *alta* disponibilidade, 82,1% declarou empreender cursos de capacitação, sendo que desses 93,8% o fez nos últimos 12 meses. Naqueles classificados como *demuito alta*, todos os municípios informaram empreender tais cursos e também o fez nos últimos 12 meses, conforme a tabela 12 a seguir.

Tabela 12 – Porcentagem de municípios que oferece cursos de capacitação e porcentagem de municípios que ofereceram curso capacitação nos últimos 12 meses segundo categorias do índice cultural de gestão local segundo municípios, Minas Gerais –2014

Índice	Oferece cursos de capacitação	Ofereceu nos últimos 12 meses
Até 3	35,2	53,2
Mais de 3 até 6	45,8	66,1
Mais de 6 até 9	54,6	75,0
Mais de 9 até 12	82,1	93,8
Mais de 12	100,0	100,0
Total	46,8	68,4

Fonte: elaboração dos autores

Depois de discutirmos os órgãos gestores, a escolaridade e capacitação do pessoal envolvido na gestão cultural, avaliamos a existência dos planos e políticas culturais municipais. Em perspectiva, a “formulação e a execução de uma política pública voltada para a cultura e a inter-relação com as demais políticas, é o que define a importância do tema para um determinado governo nacional, estadual ou local” (IBGE, 2015, pag. 39). Planos e políticas são realizados a partir da articulação da cultura, nesse caso, com a institucionalidade e a administração governamental pensada também na relação entre os entes federativos. A concepção dos mesmos é pautada pelo delineamento dos recursos necessários (físicos, financeiros, humanos, tecnológicos, intangíveis, entre outros) para se alcançar os objetivos e metas, temporais inclusive e os mecanismos de monitoramento para detecção de imprevisto, correção de rumos e/ou redefinição de novos caminhos, com a imprescindível utilização de informações e indicadores no processo geral, da concepção aos resultados das políticas e planos.

Analisando a existência de instrumentos de gestão no estado, observa-se um quadro bem distinto nos municípios mineiros, quer seja entre a presença dos instrumentos considerados, bem como das diferenças quanto ao índice cultural de gestão local. A mensuração da existência de política cultural nos municípios aponta que 2/3 deles (66,8%) tinham uma política para o setor. Os principais objetivos da política municipal de cultura apontados foram, a saber: preservação dos patrimônios histórico, artístico e cultural (para 85,4% dos municípios), garantir a sobrevivência das tradições culturais locais (68,1%), tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população (56,3%) e dinamizar as atividades culturais no município (55,4%), buscando também associá-la a uma maior preocupação social. Cabe destacar, a partir dos dados da tabela 13 a seguir, o baixo percentual de municípios mineiros que tem plano municipal de cultura, apontando lacunas sérias para o exercício da função da cultura no plano municipal. Como forma sistematizada de reconhecer estrategicamente a atividade, apenas 7,5% dos municípios possuía plano de cultura, sendo que 31,3% deles afirmaram ter o plano sem regulamentação por instrumento legal. Outros 20,0% declararam que o plano está em elaboração.

Analisando a existência desses instrumentos (políticas e planos) relativamente ao índice de cultura calculado, observa-se, claramente, relação direta entre as duas dimensões. Aqueles mais carentes, ou seja, com menor presença de equipamentos de cultura e meios de comunicação são também aqueles com os menores percentuais dos instrumentos elencados (política e plano municipal de cultura). À medida que aumenta o índice de cultura aumentam os percentuais de instrumentos existentes. Pode-se inferir que municípios com maior carência cultural teriam menor capacidade de

dinamizar a política e a economia da cultura, de potencializar e alavancar o desenvolvimento das atividades artístico-culturais, além de menor capacitação do pessoal envolvido na área, entre outros fatores.

Tabela 13 – Existência de política e plano municipal de cultura por categorias do índice cultural de gestão local segundo municípios, Minas Gerais –2014

Índice	Política municipal de cultura	Plano municipal de cultura
Até 3	54,7	4,7
Mais de 3 até 6	67,2	6,4
Mais de 6 até 9	75,8	9,1
Mais de 9 até 12	89,7	23,1
Mais de 12	100,0	66,7
Total	66,8	7,5

Fonte: elaboração dos autores

Existe um conjunto de programas e ações que se vinculam parcial ou integralmente à economia criativa⁵. Considerando os municípios de Minas Gerais, 25,8% deles afirmaram ter algum programa ou ação para a produção local auto sustentável (ação empreendida a partir de recursos humanos locais e com sustentabilidade financeira, entre outros). A articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos foram as ações mais mencionadas (47,7% dos municípios desenvolveram tal ação), seguida pela formação, capacitação, qualificação ou educação capaz de incentivar competências criativas (46,8%).

A associação entre municípios pode facilitar a ampliação da capacidade de articulação para além dos limites estabelecidos tradicionalmente pelo desenho federativo, ou seja, além do nível local. Segundo IBGE (2014) os consórcios intermunicipais

“permitem ainda ampliar possibilidades de composição no território e na região que atendam de forma mais efetiva determinadas demandas, seja do ponto de vista da sociedade, seja do ponto de vista da própria racionalidade da gestão. No caso da cultura, um adicional importante se agrega aos modelos de consórcios originais. Pois além de possibilidades materiais, como por exemplo, compartilhar equipamentos culturais móveis, ou mesmo fixos, a dimensão da cultura com a sua matéria-prima intangível, permite troca de acordos criativos, simbólicos e de conhecimento, entre cidades, com suas tradições, perfis, experiências, desenvolvimento de tecnologia” (IBGE, 2014, pag. 47).

No tocante aos municípios mineiros, entretanto, apenas 2,8% deles consorciavam em 2014. Os consórcios serviram para realização de fóruns intermunicipais (em 75,0% dos municípios que declarou existência de consórcio), itinerância de programas artísticos e culturais (37,5%),

⁵O conceito de economia criativa está muito associado ao de indústria criativa. Apesar da similaridade com a atividade cultural, essa indústria tornou-se um termo mais popular e requer a combinação de algumas características pessoais que se vinculam à competência e criatividade para a geração de emprego e renda (REIS, 2007). Nesta estão incorporadas as atividades culturais em suas amplas representações (cênica, musical, pintura, audiovisual, novas mídias, artesanato, festividades culturais, dentre outras) e outras como a moda, turismo, design, joalheria, culinária, entre outras. Como afirma Machado, “o que distingue essas atividades das demais atividades econômicas é a presença do simbólico, do estético, do direito autoral e de recurso às tecnologias de informação e comunicação” (MACHADO, 2012, pg. 3).

manutenção de grupos artísticos permanentes (25,0%) e utilização de equipamentos culturais (16,7%), conforme podemos perceber a partir da tabela 14 a seguir. Uma das atividades culturais desenvolvidas pelas gestões municipais foi de promoção de audiovisuais, que pode ser considerada uma das formas mais reveladoras de identidade cultural e das manifestações criativas, estando presente em 32,1% dos municípios mineiros. No que se refere às ações das gestões municipais sobre segmentos expressivos da diversidade, percebemos que em 83,0% dos municípios mineiros ela está presente e apresenta-se como a terceira principal ação promovida por esses municípios como um todo. Um percentual significativo de municípios promoveu ações ou programas voltados para o livro, a leitura e a literatura, destacando-se dentre as demais. Em 2014, 92,8% dos municípios relataram a realização de tal ação.

Considerando que o turismo é uma atividade relevante economicamente e que está muito articulada com vários aspectos da cultura, os resultados mostram que 69,9% dos municípios mineiros declararam ter desenvolvido programa ou ação de promoção do turismo cultural em 2014. Observa-se que a maior ou menor presença das ações detalhadas anteriormente têm relação com a maior ou menor intensidade de equipamentos e meios de comunicação dos municípios, ou seja, para aqueles municípios classificados como de *muita baixa* disponibilidade observam-se os menores percentuais, sendo que à medida que aumenta o valor do índice, aumenta conjuntamente os percentuais. A exceção se dá apenas para a existência de consórcio intermunicipal de cultura. No caso das ações de promoção do livro, leitura e/ou literatura chama atenção o fato de que apesar de existir diferenciais nas proporções calculadas, os valores são pouco significativos quando comparados entre as categorias analisadas segundo o índice.

Tabela 14 – Desenvolvimento de programa ou ação para a produção cultural local autossustentável, existência de consórcios, promoção de atividades audiovisuais, da diversidade e do livro, leitura e literatura e desenvolvimento de programa de promoção do turismo cultural por categorias do índice cultural de gestão local segundo municípios, Minas Gerais –2014

Índice	Desenvolve programa ou ação para a produção cultural local autossustentável	Existência de consórcio intermunicipal de cultura	Promoção de atividades audiovisuais	Promoção da diversidade cultural	Promoção do livro, leitura e/ou a literatura	Desenvolve programa ou ação de promoção do turismo cultural
Até 3	16,8	1,7	18,1	67,7	91,0	56,5
Mais de 3 até 6	23,2	3,3	27,7	86,0	92,7	70,5
Mais de 6 até 9	36,0	3,8	50,5	91,9	93,5	78,0
Mais de 9 até 12	53,8	0,0	66,7	100,0	94,4	97,4
Mais de 12	66,7	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	25,8	2,8	32,1	83,0	92,8	69,6

Fonte: elaboração dos autores

4 Instâncias de participação

As instâncias e participação são fundamentais para o sucesso das políticas públicas em geral, obviamente incluso a área cultural. A Constituição Federal de 1988 prevê tais mecanismos de participação popular, e a modernização da administração pública pressupõe a participação da sociedade civil na definição das políticas de governo. Desde a promulgação da Constituição, muitos conselhos foram criados e uma parcela destes se tornaram obrigatórios por lei. Os obrigatórios por lei foram assim constituídos devido ao caráter de instituição fiscalizadora de políticas públicas, e a

constituição dos conselhos pode ser de acordo com as especificidades de uma localidade, por iniciativa do Executivo ou em decorrência de reivindicação da população.

Segundo IBGE (2014):

“Os conselhos de políticas públicas são canais de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixou de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. São espaços públicos de composição plural entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e/ou consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais” (IBGE, 2014, pag. 74).

A participação da sociedade civil pode promover mudanças na política cultural, contribuindo para a maturação política, além de poder assegurar a continuidade de projetos importantes para a sociedade. Mais ainda, proporciona uma gestão transparente e ética, com divulgação da criação e a utilização cultural nos espaços públicos. Com a criação de conselhos, a gestão da cultura permite maior visibilidade e ganha maior legitimidade à medida que insere o cidadão e a sociedade no acompanhamento das ações, ou seja, a participação social pressupõe conselhos de cultura consultivos e deliberativos. Dessa forma, um conselho cultural tem como objetivo propor, formular, monitorar e fiscalizar as políticas culturais a partir das diretrizes emanadas das Conferências de Cultura. Os conselhos municipais de preservação do patrimônio, ou similares, apresentam características semelhantes e devem ater-se às especificidades da área.

As Conferências de Cultura têm como objetivo estimular a participação social (poder público, sociedade civil, comunidades culturais, artistas, produtores, agentes articuladores culturais) na elaboração das políticas públicas voltadas para o setor cultural. Juntos, poder público e sociedade apresentam e discutem propostas para fortalecimento e ajustes de políticas públicas. Especificamente no que diz respeito às conferências municipais de cultura elas se caracterizam por serem espaços abertos à ampla participação social. Nelas ocorre a articulação entre a sociedade e o governo municipal. Partem delas as demandas e propostas locais que serão apresentadas e discutidas nas conferências estaduais e federal.

O Fundo de Cultura por sua vez,

“é um instrumento público de fomento às atividades e empreendimentos da produção cultural administrados pela gestão pública local. É um importante mecanismo de financiamento de projetos e atividades culturais, sendo constituído de dotações orçamentárias do próprio ente federativo, contribuições e aportes de recursos oriundos de outros entes federados, contribuições e doações de setores privados e empresariais, arrecadação de preços públicos e demais ingressos legais (IBGE, 2014, pag. 86).”

Indiscutivelmente, a institucionalização do Fundo de Cultura no âmbito municipal estabelece um importante meio de captação de recursos para desenvolvimento da economia da cultura, quer seja para apoiar, fomentar e impulsionar a produção cultural local, como também para dinamizar e movimentar as expressões artísticas.

Analisando a existência de instâncias de participação e de mecanismos de financiamento dos municípios do estado (conselho de cultura, conselho de proteção e preservação do patrimônio e conferência e fundo municipais de cultura), observa-se mais uma vez uma clara divisão entre os

municípios mineiros, quer seja no tocante a presença dos instrumentos analisados, quer seja nas diferenças quanto ao índice cultural de gestão local. Segundo a tabela 15 a seguir, em 2014, 57,0% dos municípios tinham conselho municipal de cultura, sendo que daqueles que declaram sua existência dois pontos devem ser destacados: primeiro, o número de anos da criação da lei e; segundo, a efetiva atuação desses conselhos. No estado como um todo, 81,5% dos conselhos de cultura tem data de criação da lei anterior a 2010, ou seja, criados há mais de cinco anos e 77,2% dos municípios declaram ter realizado reunião nos últimos 12 meses.

Em Minas Gerais, 80,1% dos municípios tinham conselho municipal de preservação do patrimônio ou similar, sendo que a grande maioria (91,4%) deles realizou reunião nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa. Mais uma vez são observados diferenciais significativos entre as categorias de municípios em análise. Aqueles com pior situação quanto aos equipamentos e meios de comunicação apresentam um percentual menor de conselhos municipais de preservação do patrimônio ou similar, 65,5%. À medida que a intensidade desse índice cresce, cresce também o percentual observado. Além disso, o percentual de municípios que realizou reunião nos últimos 12 meses diminui gradativamente para esses mesmos municípios na categoria *muito baixa*, 87,5%, comparativamente a 97,3% e 100% nas categorias *alta e muito alta*, respectivamente.

No quesito conferências municipais, em Minas Gerais 38,0% dos municípios declaram ter realizado conferências. Todos os municípios com maior infraestrutura de equipamentos e meios de comunicação responderam afirmativamente a esse questionamento. À medida que diminui a intensidade da infraestrutura, passando de muito alta a muito baixa, diminui esse percentual. Nos piores municípios, categorizados como de muito baixa disponibilidade, apenas 50,4% declaram ter realizado conferências municipais.

Por fim, no estado, 42,7% dos municípios tinham fundo municipal de cultura, sendo que em 77,5% deles a lei de criação data de mais de cinco anos antes da pesquisa, ou seja, antes de 2010. O destaque, novamente, fica para aqueles municípios com maior índice de disponibilidade de equipamentos e meios de comunicação (*muito alta* disponibilidade). A totalidade desses declarou existir tal fundo, entretanto, em apenas 33,3% a lei é anterior há cinco anos. Por outro lado, nos demais municípios, o percentual de municípios com fundo varia entre 37,1% e 53,2%, denotando as diferenças entre as categorias analisadas. Nesse conjunto, observa-se que quanto menor a intensidade de equipamento e meios de comunicação, maior é o percentual de municípios com lei de criação do fundo anterior a 2010, passando de 66,7% para 82,6%, conforme podemos perceber pela tabela 15 a seguir.

Tabela 15 – Existência de conselho, conselho de preservação do patrimônio ou similar, conferência e fundo municipal de cultura segundo categorias do indicador de cultura, Minas Gerais –2014

Índice	Conselho municipal de cultura	Conselho municipal de preservação do patrimônio ou similar	Conferência municipal de cultura	Fundo municipal de cultura
Até 3	50,4	65,5	22,0	37,1
Mais de 3 até 6	56,0	80,9	35,4	40,2
Mais de 6 até 9	63,4	93,0	55,4	53,2
Mais de 9 até 12	71,8	94,9	71,8	46,2
Mais de 12	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	57,0	80,1	38,0	42,7

Fonte: elaboração dos autores

5 Conclusão

Este estudo teve como objetivo analisar alguns aspectos da cultura nos municípios de Minas Gerais a partir do uso da Munic do IBGE de 2014. A construção de um índice cultural de gestão local, relacionando-o aos equipamentos, atividades, gestão, instituições e participação cultural dos municípios de Minas Gerais, teve como prioridade a produção de informações que possam subsidiar políticas públicas nos campos da cultura e desenvolvimento. A relevância aqui explicitada a partir dessas informações e relações analisadas tem como finalidade contribuir para a elaboração, acompanhamento e a avaliação de políticas públicas culturais.

O índice cultural elaborado explicita uma distribuição não uniforme e desigual dos equipamentos culturais e meios de comunicação, em geral com menor intensidade nos municípios onde reside contingente menor de população e/ou naqueles com menor nível de desenvolvimento humano. E a recíproca é verdadeira, ou seja, a maior disponibilidade de equipamentos e meios de comunicação ocorre para os municípios de maior população e mais elevado nível de desenvolvimento humano. Apesar de numericamente elevado o número de municípios de muito baixa e baixa intensidade de equipamentos, percebe-se um reduzido contingente populacional dos mesmos. Em relação às variabilidades da população e do IDH, destaca-se que os diferenciais observados do índice cultural são melhor explicados pelos diferenciais de desenvolvimento humano intermunicipal.

No contexto do panorama cultural, as atividades artísticas estão presentes em quase todos os municípios. Entretanto, destacamos que existe grande diversidade de tais atividades e que elas estão mais presentes nos municípios de maior índice. As atividades artesanais estão menos presentes no estado de Minas Gerais comparativamente às atividades artísticas. Diferentemente da análise anterior, no tocante ao artesanato não existe uma relação bem delineada com o índice cultural de gestão local, pois ele está mais homogeneamente distribuído entre os diferentes municípios. Já os pontos de cultura encontram-se mais concentrados naqueles de maior índice.

Na perspectiva da gestão, a qualificação do pessoal ocupado na área de cultura é mais homogênea quando consideramos os desiguais índices dos municípios mineiros. Entretanto os municípios com instituições responsáveis pelas políticas culturais e onde elas existam há mais tempo, apresentam, em geral, maior intensidade de equipamentos e meios de comunicação. Pode-se inferir que municípios com maior carência cultural teriam menor capacidade de dinamizar a política e a economia da cultura, de potencializar e alavancar o desenvolvimento das atividades artístico-culturais, entre outros fatores. Destaca-se que os municípios de menor índice são aqueles que mais utilizam de consórcios na promoção de atividades e programas culturais.

Analisando a existência de instâncias de participação e de mecanismos de financiamento dos municípios do estado (conselho de cultura, conselho de proteção e preservação do patrimônio e conferência e fundo municipais de cultura), constatou-se uma nítida divisão entre os municípios mineiros, quer seja no tocante a presença dos instrumentos analisados, quer seja nas diferenças quanto ao índice cultural de gestão local. Aqueles com pior situação quanto aos equipamentos e meios de comunicação apresentaram um percentual menor dessas instâncias de participação e de mecanismos de financiamento. Por fim, cabe frisar que a participação da sociedade civil é fundamental na promoção das políticas culturais, contribuindo para assegurar a continuidade de projetos importantes para a comunidade. A gestão democrática da cultura permite maior visibilidade e legitimidade à medida que insere o cidadão e a sociedade na elaboração e acompanhamento das ações no campo da cultura e desenvolvimento locais.

Referências bibliográficas

CALABRE, L. Políticas culturais: indicadores e informações como ferramentas de gestão pública In: BARBALHO, A., CALABRE, L., MIGUEZ, P. & ROCHA, R. (Org.) *Cultura e Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas*. Salvador: EDUFBA, 2011.

FURTADO, C. (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IBGE, *Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros: Cultura 2014*. Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE, *Perfil dos Municípios Brasileiros: Cultura 2006*. Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, A. F. ESTUDO 44: CIDADES CRIATIVAS. *Perspectiva dos Investimentos Sociais no Brasil* – PIS. Acessado <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pis/Estudo%2044.pdf>.

REIS, A.C *Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Editora Manole, capítulos 1, 2, 2007.